

## Semana da Conciliação realiza 150 acordos na capital paranaense



 Inara Passos



 Inara Passos

### Corregedoria reúne juízes em Curitiba

Os novos procedimentos para acelerar a execução e o vitaliciamento dos juízes foram alguns dos temas do seminário da Corregedoria do TRT-PR.

► PÁGINAS 10 E 11

# Estão abertas as inscrições para congresso internacional



Começam a ser distribuídos nesta semana os cartazes e demais materiais de divulgação do IV Congresso Internacional de Direito Eletrônico (CIDE), que será realizado no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região nos dias 3, 4 e 5 de novembro. As inscrições estão abertas e podem ser feitas no site do Instituto Brasileiro de Direito Eletrônico (IBDE): [www.ibde.org.br](http://www.ibde.org.br).

## ▶ A programação, até o momento, contempla:

- ▶ Monitoramento Eletrônico. Questões controvertidas, Polêmicas e Soluções
- ▶ O Ensino Jurídico e o Direito Eletrônico
- ▶ Divórcio Eletrônico. Avanço ou Retrocesso?
- ▶ As Redes Sociais e o Direito Eletrônico
- ▶ O Documento Eletrônico e a Assinatura Digital nos Tabelionatos e Registros Públicos
- ▶ Os Tribunais e a Insegurança da Informação
- ▶ A Utilização dos Meios Eletrônicos no Ambiente de Trabalho: Proteção Jurídica das Empresas e Direito dos Empregados
- ▶ ICP-Brasil - Conjunto Normativo sobre o Ciclo do Documento Eletrônico
- ▶ A Certificação Digital no Mercosul
- ▶ Harmonização da Legislação Penal no Aspecto da Criminalidade Informática no Mercosul
- ▶ Comunicação de Atos Processuais por Meio Eletrônico. Experiência Uruguia
- ▶ Direitos Autorais na Sociedade Pós-Industrial
- ▶ Governança Eletrônica
- ▶ Conexão, Intermedialidade e o Processo Eletrônico - Privacidade no Processo Eletrônico
- ▶ A Prova Pericial e seus Desafios na Sociedade de Alta Tecnologia
- ▶ SPAM e as Pragas Digitais

## Expediente

### Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

#### Presidente:

Desembargador Ney José de Freitas

#### Vice-Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

#### Corregedor Regional:

Desembargador Arnor Lima Neto

#### Diretor-Geral:

Eduardo Silveira Rocha

#### Secretária-Geral da Presidência:

Rosana de Lurdes Mendes

Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

#### Assessor de Comunicação Social e

Jornalista Responsável:

Gladimir Nascimento

#### Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

#### Redação:

Flaviane Galafassi, Gladimir Nascimento, Irene Pioker, Nelson Copruchinski, Luiz Munhoz, Rossana Tuoto e Bruno Manenti

#### Fotografia:

Inara Passos, Luiz Munhoz, Thyryza Wolk, e arquivo do TRT-PR

#### Revisão:

César Caldas, Rose Montes e Rossana Tuoto

#### Projeto gráfico:

Joel Alexandre Gogola

#### Tiragem:

500 exemplares  
Disponível no site do TRT  
[www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br)

#### Impressão:

Gráfica Via Laser

Sugestões e opiniões para o NONA:  
Assessoria de Comunicação Social do TRT  
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528 - 5º andar  
CEP 80.430-180 - Curitiba-PR  
Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171  
[ascom@trt9.jus.br](mailto:ascom@trt9.jus.br)

### Missão do TRTFPR

"Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão".

### Visão do TRTFPR

"Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista"

# Semana tem conciliação em 65% dos casos

Em cinco dias, 150 acordos foram homologados, em Curitiba, na Semana da Conciliação do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, de 16 a 20 de agosto. Foram 229 audiências, com obtenção de acordos em 65% delas. O total negociado pelos Juízes Auxiliares de Conciliação de 1º e 2º Grau foi de R\$ 6.339.198,32, resultado considerado excelente pela presidente da Comissão de Conciliação do TRT-PR, desembargadora Sueli Gil El Rafihi. “A realização de semanas como esta ajuda a propagar a cultura da conciliação, em uma grande campanha que envolve toda a sociedade sobre os benefícios na realização do acordo. Certos do resultado positivo de atividades como esta é que estamos incentivando todas as unidades da Justiça do Trabalho do Paraná a realizarem em suas regiões semanas de conciliação”, disse ela.

Após o resultado positivo, o TRT-PR, assim como todo o Judiciário nacional, prepara-se agora para a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá de 29 de novembro a 3 de dezembro. A agenda do evento está sendo preparada e os prazos para inclusão dos processos em pauta serão divulgados em breve.

Além de Curitiba, a 2ª Vara do Trabalho de Araucária também se dedicou a uma agenda específica de conciliação. Foram incluídos na pauta 46 processos que já estavam na fase de execução, período em que já se tem uma decisão judicial e se procuram valores para o pagamento da dívida. Foram homologados 15 acordos e o valor total negociado foi de R\$ 1.403.333,42. Um único processo, entre um trabalhador e a empresa Gerdau Aços Longos S. A., resultou em um acordo de R\$ 1,3 milhão.



A estrutura dos Juízes Auxiliares de Conciliação, que é permanente, foi reforçada para o mutirão de conciliação de agosto. Foram realizadas 229 audiências

## ► Conciliação é prioridade

Propagar a cultura da conciliação, bem como acelerar a execução das sentenças, propiciar meios para desenvolvimento do processo digital e preservar a memória histórica da Justiça do Trabalho estão entre as metas prioritárias da atual administração do TRT-PR. “Todos sabem que a jurisdição somente se realiza quando o credor recebe aquilo que é seu”, lembra o presidente do Tribunal, desembargador Ney José de Freitas. “De nada adianta a sentença brilhante que o trabalhador recebe e emoldura. O que lhe interessa é o bem da vida subjacente ao confronto judicial”, enfatiza. Para ele, o resultado positivo da Semana da Conciliação demonstra a aceitação do cidadão de que a melhor solução está no acordo entre as partes.



As audiências foram uma prévia para a Semana Nacional de Conciliação, prevista para 29 de novembro a 3 de dezembro

# Presidência entrega ampliação e reforma da sede da Vara do Trabalho de Cianorte

A Vara do Trabalho de Cianorte está novamente instalada em seu endereço tradicional, porém agora em um imóvel ampliado e reformado. As obras foram entregues no último dia 4 de agosto pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR), desembargador Ney José de Freitas, que, por coincidência, foi o primeiro a representar a Justiça do Trabalho na região, em 1991, como substituto, enquanto o juiz que viria a ser nomeado como titular, Stélio Olivé Malhadas, aguardava o ato de nomeação.

O atual prefeito de Cianorte, Edno Guimarães, agora em seu terceiro mandato, também era o prefeito na época da instalação da Vara. Em 1989, várias organizações, como sindicatos, a Companhia Melhoramentos, a Prefeitura, a Câmara Municipal e a OAB, se uniram para viabilizar a construção de um prédio para a Justiça do Trabalho. A edificação foi inaugurada há 19 anos, quando, como lembrou o desembargador Ney José de Freitas, foram plantados o alecrim e o pau-brasil que hoje caracterizam o imóvel, em uma área que pode ser considerada um "centro cívico" da cidade, uma vez que ali se concentram várias repartições de prestação de serviços públicos.

Durante a cerimônia a juíza Liane Maria Davi Mroczek ressaltou que, mais que uma reforma, a obra realizada em Cianorte foi uma ampliação da estrutura colocada à disposição da comunidade. A juíza agradeceu aos advogados, "que souberam aguardar com paciência a conclusão da



O presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas (à direita) e o prefeito de Cianorte, Edno Guimarães, descerram a placa comemorativa

obra, período durante o qual o atendimento pode ter sido precário". O presidente da subseção de Cianorte da Ordem dos Advogados do Brasil, Valmir de Souza Dantas, considerou exemplar o atendimento oferecido pela Justiça do Trabalho na região.

**OBRA** - A ampliação e a reforma do prédio incluiu o aproveitamento do andar superior, uma segunda sala de audiências, gabinetes dos juízes e sala para advogados. O espaço da secretaria foi ampliado e todo o local foi adaptado para respeitar as normas de acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção. Houve pintura e restauração das redes elétrica, lógica, hidráulica e de telefonia.

Na cerimônia foi inaugurado também o Posto de Atendimento Bancário da Caixa Econômica. Com isso, disse o chefe regional da Caixa, Fábio Cernelos, a instituição poderá dar atendimento rápido a todas as demandas dos cidadãos e empresas que utilizam a Justiça do Trabalho.

**PLANEJAMENTO** - A ampliação em Cianorte faz parte da Política Institucional Imobiliária do TRT-PR, que planejou reformas, ampliações, adaptações e construção de novas sedes da Justiça do Trabalho por um período de dois anos. Já foram entregues, neste ano, as obras de reforma e ampliação das Varas do Trabalho de Campo Mourão e de Ivaiporã e a nova Vara Itinerante de Medianeira. Estão em andamento a reforma e ampliação da Vara do Trabalho de Arapongas, contratação da reforma de Castro e projetos para construção dos Fóruns de Ponta Grossa e Foz do Iguaçu.



O edifício, construído com apoio da comunidade de Cianorte e inaugurado em 1991, foi ampliado e adaptado para o acesso de pessoas com deficiência

# Encontro regionalizado de saúde chega a Londrina dia 24, após sucesso em Cascavel

A etapa de Londrina do Encontro Regionalizado de Saúde será realizada no dia 24 de setembro e está cercada de grande expectativa, depois do sucesso do Encontro em Cascavel, no último dia 6 de agosto. De acordo com os organizadores, o índice de satisfação dos participantes foi muito grande, especialmente com a palestra de fechamento, do psicólogo Wilson Calé, sobre Novas Atitudes no Ser Humano – um enfoque na transformação pessoal e profissional a partir da automotivação, de acordo com o potencial de cada um.

Duas oficinas, com a fisioterapeuta Ana Rita Bondaruk, sobre educação postural, e com a nutricionista Maria das Graças Teixeira, sobre alimentação saudável e qualidade de vida (com degustação), complementaram a programação. No primeiro dia, a discussão foi sobre “Inteligência Emocional e as Relações Interpessoais”, com o neurocientista Egídio José Romanelli.

O presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas, abriu o IV Encontro Regionalizado de Saúde e destacou a prioridade que a Administração do Tribunal dá às pessoas – tanto àquelas a quem o serviço da Justiça é destinado como àquelas que atuam no Tribunal para que esse serviço seja prestado da melhor maneira possível. “A Justiça só se legitima quando é voltada para o cidadão, e para oferecer Justiça, juízes e servidores devem estar preparados física e mentalmente”, disse o presidente aos juízes e servidores de Cascavel, Assis Chateaubriand, Dois Vizinhos, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Palmas, Pato Branco, Toledo, Palotina e Medianeira, que se reuniram em Cascavel.

A programação do Encontro em Londrina e a ficha de inscrição poderão ser acessadas pela Intranet. Em primeiro de outubro, o encontro deverá ser realizado em Maringá.



*Servidores de 13 cidades participaram das oficinas e palestras do Encontro Regionalizado de Saúde em Cascavel*

## Imóvel pode ser garantia em financiamento de até 70% de seu valor, com prazo de até 10 anos

A Caixa Econômica Federal informa que dispõe do Crédito Aporte – um empréstimo para qualquer tipo de utilização, com limite de crédito estipulado de acordo com a capacidade de pagamento e condicionado à apresentação de bem imóvel como garantia. O valor é de no mínimo R\$ 20 mil reais e pode chegar até a 70% do valor de avaliação do imóvel utilizado como garantia. O prazo para pagamento é de até 120 meses. A garantia pode ser uma segunda propriedade residencial urbana, imóvel comercial ou terreno.

# Medida educativa mostrou a inteligência ambiental disseminada no TRT do Paraná



# PARE E PENSE

Em quinze minutos, muita coisa mudou no uso de energia, água, papel, combustíveis e telefonia, no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, com o Pare e Pense do dia 16 de agosto. Depois que as unidades pararam por quinze minutos para discutir maneiras de reduzir o consumo, iniciativas de racionalização estão sendo executadas em toda a estrutura do Tribunal. O objetivo é reduzir em 2% o consumo *per capita* dos insumos que mais produzem impactos ambientais, conforme estipulou a Meta 6 do Conselho Nacional de Justiça para 2010.

As estratégias adotadas em cada setor geraram um relatório de 30 páginas, por meio do qual a Comissão de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental deve agora coordenar o movimento, que tem como característica principal a pluralidade de ações e a autonomia, de acordo com a especificidade dos diferentes locais e condições de trabalho.

A mobilização do dia 16 atingiu em cheio o objetivo de aproveitar a inteligência ambiental disseminada entre os servidores e magistrados e dirigi-la para o microambiente. Espera-se que a soma dos resultados compense o indesejável aumento de consumo, especialmente de energia, registrado no início do ano, provocado pelo calor atípico, que elevou o tempo de uso do ar condicionado.

**MAPEAMENTO** - A partir dos relatos dos multiplicadores presentes em cada setor, a Comissão de Responsabilidade e a Secretaria de Engenharia e Arquitetura puderam elaborar um mapa bastante preciso dos pontos sensíveis para a economia de recursos em todas as instalações nas diferentes cidades em que a Justiça do Trabalho está presente.

De acordo com a Comissão, na maioria dos casos já se adotam medidas de racionalização do uso de recursos naturais e demais itens mencionados na Meta 6. A mobilização mostrou o alto nível de compromisso dos servidores

e magistrados, que, fragmentariamente, em somente 15 minutos, produziram informações, sugestões e medidas que, reunidas, formam um excelente manual de uso ecologicamente correto das edificações e um rol de medidas altamente eficazes para redução do consumo.

## ► Medidas sugeridas para o cumprimento da Meta 6

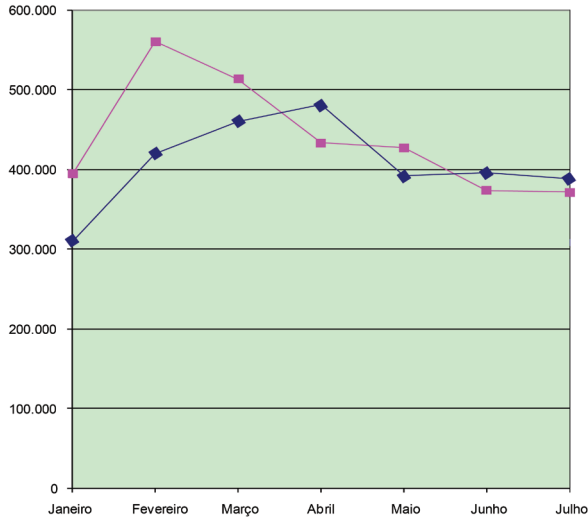
- *Prioridade no atendimento de solicitação de serviços para manutenção corretiva de defeitos hidráulicos;*
- *Manutenção predial preventiva, com vistas à detecção de vazamentos;*
- *Lavar as calçadas externas dos prédios, principalmente no interior, quinzenalmente, utilizando a vassoura, em vez de jato de água;*
- *Reavaliar a periodização da lavagem das garagens dos prédios da capital;*
- *Redução do volume de garrafas de chá e de café preparadas, para evitar desperdício.*
- *Colocação de difusor (aerador) nas torneiras para reduzir o consumo;*
- *Estender as medidas de economia de água às entidades que têm salas nos fóruns do TRT (como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e OAB);*
- *Orientar o pessoal da limpeza para colaborar com as medidas de economia de água no TRT;*
- *Instalação de torneiras com temporizadores nos banheiros;*
- *Regular a vazão de torneiras automáticas dos banheiros, para que jorrem menos água, uma vez que em alguns casos a vazão é muito forte;*
- *Troca das válvulas de descarga por caixas acopladas, que*

consomem menos água;

- Instalação de cisterna para coleta de água da chuva para posterior lavagem de calçadas e vidros externos e rega de plantas;
- Desativar a metade das lâmpadas de cada luminária, quando isso não comprometer a saúde laboral e a qualidade do trabalho;
- Orientar os vigilantes para, na hora de fazer a ronda noturna, verificar se não foram esquecidas lâmpadas acesas e equipamentos ligados, e desligá-los;
- Diminuir a quantidade de lâmpadas de segurança que permanecem ligadas 24h por dia;
- Desligar holofotes externos, conforme o caso, desde que tal medida não comprometa a segurança dos prédios;
- Manter aparelhos elétricos, como microondas, cafeteiras e aparelhos televisores, fora da tomada, quando não estiverem em utilização, pois possuem timer que consome energia desnecessariamente;
- Uso de apenas uma geladeira em cada copa;
- Manutenção preventiva nos equipamentos que consomem bastante energia, como aparelhos de ar condicionado, por meio de visitas periódicas de técnicos especializados;
- Fornecer contracheque somente via digital a magistrados e servidores inativos e aos pensionistas. Suspender toda impressão de contracheque;
- Orientar o pessoal da limpeza para apagar as luzes após efetivar a limpeza da unidade;
- Configuração dos microcomputadores para que o tempo de espera para “entrar” no modo “Dormir” seja alterado para 15 minutos;
- Orientação aos usuários sobre como realizar o procedimento para deixar o descanso de tela (área de trabalho) com fundo negro, que é significativamente mais econômico;
- Em horários e locais adequados, manter somente um dos elevadores funcionando;
- Reprogramação dos elevadores eletrônicos do prédio da Carlos de Carvalho, em Curitiba;
- Regular o tempo de acionamento das minuteiras (sensores de presença) em frente ao elevador em alguns andares do Edifício 147, em Curitiba;
- Manter janelas fechadas sempre que o ar condicionado estiver em uso;
- Aproveitar a ventilação natural dos ambientes (abrindo as janelas) e ligar o ar condicionado somente nos dias mais quentes;
- Manter as persianas fechadas, a fim de diminuir a insolação dentro da sala, o que afeta o rendimento do ar condicionado;
- Posicionar as prateleiras de guarda de processos de forma a facilitar a ventilação e iluminação naturais, otimizando o rendimento da iluminação ambiente e do ar condicionado;
- Troca das antigas prateleiras de madeira, que dificultam a ventilação nos corredores, por prateleiras metálicas, que prestigiam a ventilação e, com isso, reduzem o uso de ar condicionado para um maior conforto térmico;
- Posicionamento das estações de trabalho prestigiando a ventilação e iluminação natural, colaborando para a redução do consumo de energia elétrica das luminárias, ventiladores e condicionadores de ar;
- Substituição dos condicionadores de ar antigos por novos, do tipo split, pois os antigos, além de ineficientes e barulhentos, consomem mais energia;
- Não impressão dos resultados das audiências, visto que os resultados já são registrados no sistema no mesmo dia;
- Nos Serviços de Distribuição, impressão frente e verso das petições transmitidas via E-Doc;
- Instalação de sensores de presença em escadas e locais de passagem, a fim de otimizar o uso de energia elétrica para iluminação ambiente (quando isso não comprometer a segurança);
- Instalação de interruptores individuais nas luminárias, evitando o acionamento desnecessário de todas as lâmpadas de uma sala;
- Substituição dos holofotes e das lâmpadas incandescentes do Plenário do Edifício Rio Branco por lâmpadas econômicas;
- Antecipar o horário de funcionamento do TRT em uma hora, com saída até as 18 horas, pois a partir desse horário o custo do KWH aumenta em 3 vezes;
- Realizar a revisão do documento na tela, evitando-se qualquer impressão incorreta;
- Sempre efetuar a impressão frente e verso, e, conforme o caso, impressão de 2 ou 4 páginas por folha;
- Utilização de espaços menores entre as palavras e linhas;
- Utilização do ponto eletrônico, eliminando o uso do livro ponto de papel;
- Readequar a impressão dos comprovantes de Correio do tipo “comprovante de entrega” para que sejam impressos três na mesma folha, assim como já são os do tipo “aviso de recebimento”, e não apenas dois;
- Utilização de papel rascunho para impressão de AR/CE e comprovantes de oficial de justiça;
- Modificação da metodologia de trabalho quando da inclusão de despacho em editais, sendo utilizado o verso dos despachos para a impressão da certidão do edital de publicação, sempre que possível;
- Solicitar às partes que documentos com muitas folhas sejam apresentados em meio digital;
- Propor que a conferência dos votos seja realizada diretamente no monitor, evitando a impressão de várias versões dos votos;
- Eliminação da utilização das fichas de tramitação imprimindo-se nas capas (amarelas ou laranjas) as linhas para o preenchimento da tramitação dos autos;
- Retirar o suporte de copos de plástico que se encontram ao lado dos filtros de água (com exceção daqueles destinados ao uso do público), uma vez que já foi determinado o uso de copos e canecas próprios, de materiais duráveis, como vidro e louça.
- Confecção de cartazes com lembretes do tipo “desligue a luz ao sair”, “utilize a escada”, etc.;
- Propor a implantação do sistema de telefonia via computador entre as unidades do Poder Judiciário e os órgãos da administração pública federal;
- Planejar o transporte de equipamentos e materiais para as unidades do interior, para que veículos não retornem vazios à sua base e tenham de voltar àquela mesma unidade somente para recolher materiais que poderiam ter sido recolhidos na viagem anterior, eliminando a realização de viagens desnecessárias.

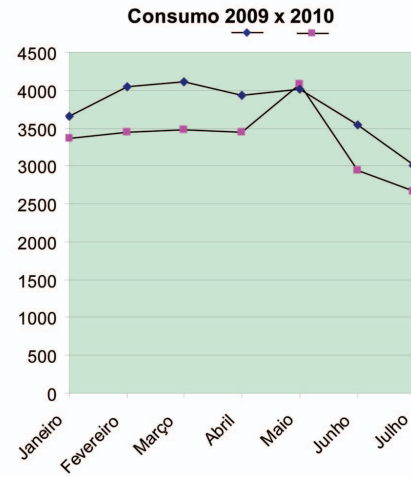
## ▶▶ Consumo de energia elétrica do TRT até julho

### Dados gerais (KWH)

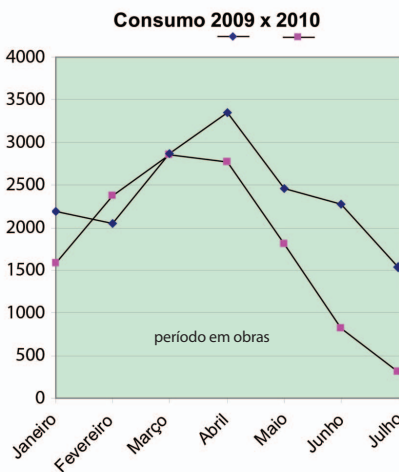


## ▶▶ Consumo por município até julho\* (KWH)

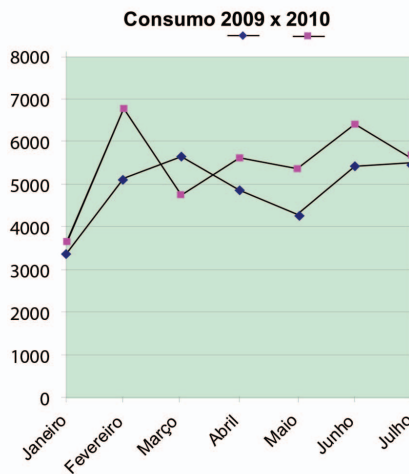
### Apucarana



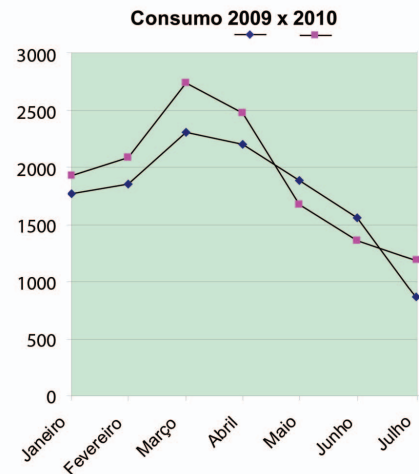
### Arapongas



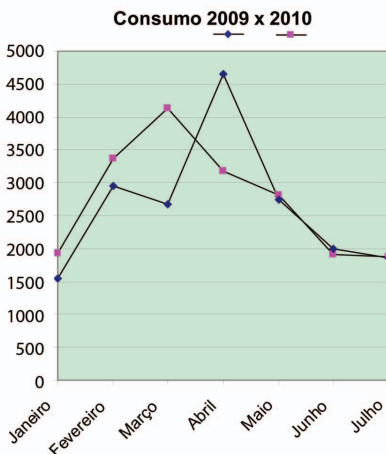
### Araucária



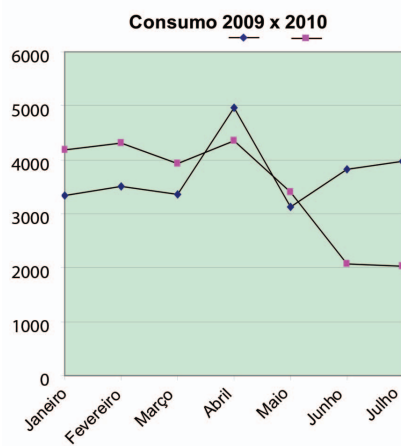
### Assis Chateabriand



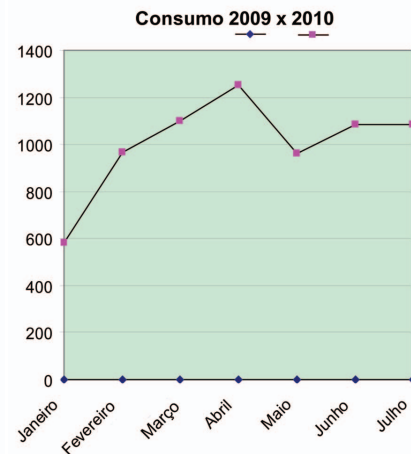
### Bandeirantes



### Cambé

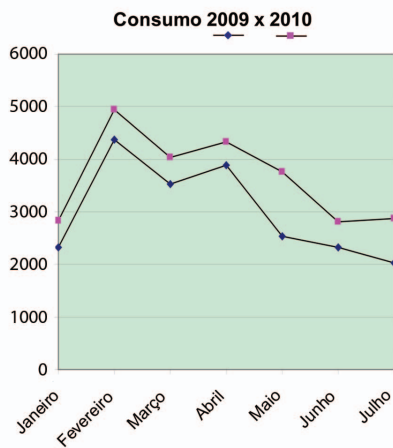


### Campo Largo

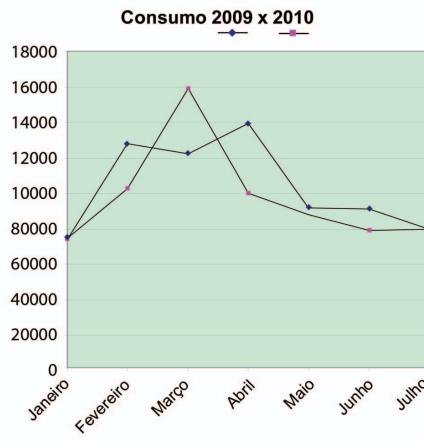




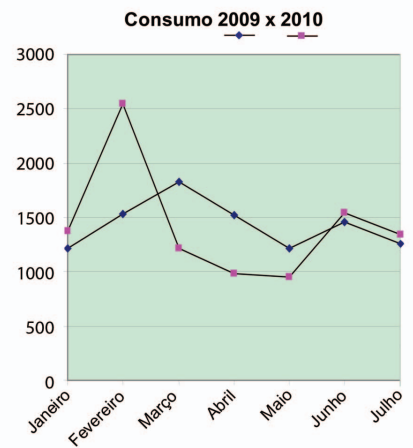
### Campo Mourão



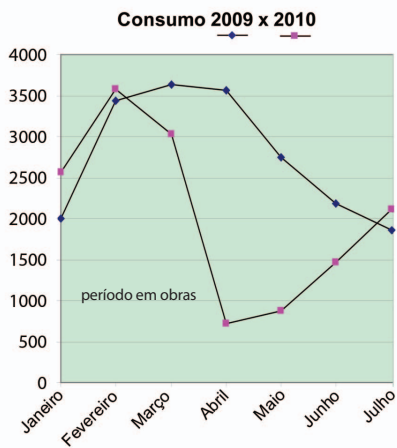
### Cascavel



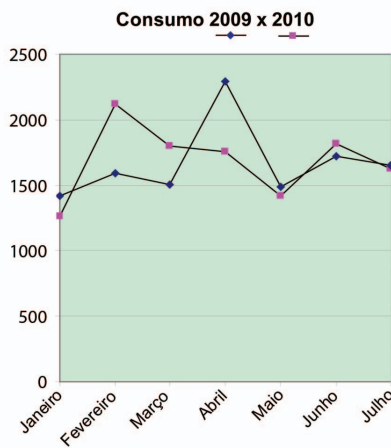
### Castro



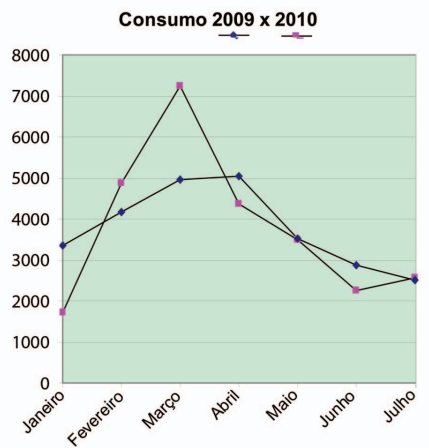
### Cianorte



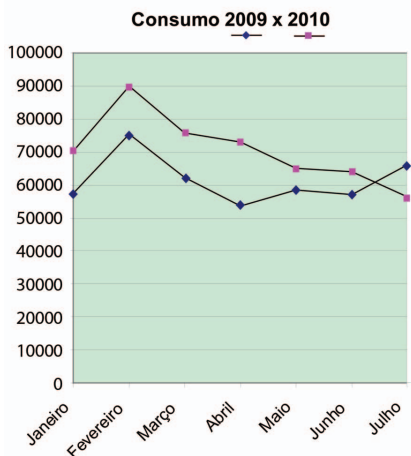
### Colombo



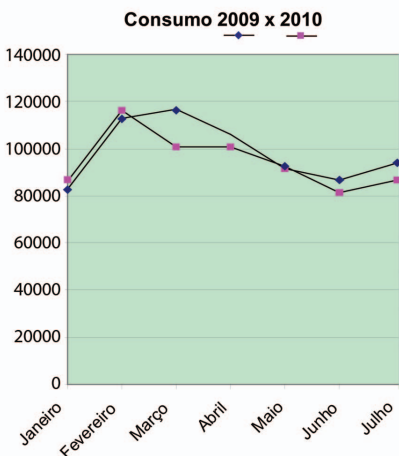
### Cornélio Procópio



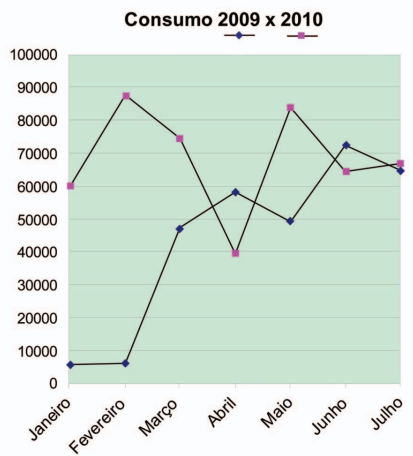
### Curitiba - V.M. 147



### Curitiba - Fórum



### Curitiba - Sede



\* Os demais gráficos serão publicados, por ordem alfabética dos Municípios, nas próximas edições do Nona

# Seminário inédito da Corregedoria reúne aproximadamente 100 juízes

A Corregedoria do TRT-PR reuniu juízes de todo o Paraná, em Curitiba, no dia 27 de agosto, para debate de vários temas relacionados ao andamento do trabalho nas unidades judiciárias e de interesse de toda a magistratura. O encontro, que contou com o apoio da Escola Judicial, resultou no I Seminário da Corregedoria do TRT-PR. A iniciativa do desembargador corregedor, Arnor Lima Neto, permitiu, além do diálogo entre o corregedor regional e os juízes, a análise e o estudo da gestão de pessoas, uma das questões mais atuais no interesse da magistratura trabalhista de primeiro grau.

“Com a realização deste seminário, cumprimos o compromisso assumido pela Corregedoria no início da atual gestão, de manter um diálogo permanente com os magistrados. É a primeira experiência da Corregedoria em promover um Seminário desta natureza e tivemos a participação expressiva dos juízes de primeiro grau, com cerca de 100 juízes presentes, além de desembargadores do Tribunal. Encontros como este são da máxima importância para que possamos discutir ideias, propostas e o necessário planejamento para bem cumprirmos nossa missão institucional. Queremos o permanente diálogo entre a Corregedoria e todos os juízes”, ressaltou o corregedor Arnor Lima Neto. De acordo com ele, o objetivo é incluir o seminário da Corregedoria na agenda permanente do TRT-PR. O próximo encontro está previsto para o início de 2011.

O encontro foi aberto pelo presidente do Tribunal, desembargador Ney José de Freitas, com a presença da vice-presidente, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão; do diretor da Escola Judicial, desembargador Luiz Eduardo Gunther, e do presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região (Amatra-IX), juiz Carlos Augusto Penteado Conte.

No diálogo com os juízes, o corregedor Arnor Lima Neto destacou a importância do planejamento para que se alcance, em curto prazo, a redução do número de sentenças a serem proferidas: “Propusemos que os juízes nos tragam um planejamento sobre como vão dar celeridade à prolação de sentenças”. O objetivo é que em breve todos os juízes não tenham mais sentenças em pauta além do prazo legal”, lembrou o corregedor. Esse planejamento deverá ser espontaneamente informado pelos próprios juízes à Corregedoria. O corregedor também apresentou um levantamento sobre a sistemática de controle dos prazos das sentenças utilizados pelas Corregedorias Regionais de outros Tribunais e chamou a atenção para o crescente interesse com o qual a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e o Conselho Nacional de Justiça vêm tratando esta questão, inclusive através da regulamentação de prazos e fixação de metas objetivas para cumprimento pelos juízes de primeiro grau.



O juiz Fernando Hoffmann e o desembargador Ubirajara Mendes informaram detalhes do Planejamento Estratégico

Também entraram na pauta os procedimentos correicionais. Além de esclarecer dúvidas sobre o processamento das medidas correicionais, o corregedor destacou o crescente número de reclamações recebidas pela Corregedoria, seja por parte dos jurisdicionados e seus procuradores, seja por parte de órgãos externos, como é o caso do Conselho Nacional de Justiça. Até 20 de julho de 2010, a Corregedoria decidiu 53 correições parciais, 49 pedidos de providências e 13 agravos regimentais, além de 30 reclamações disciplinares. O Corregedor relatou aos juízes a matéria dos principais procedimentos correicionais e destacou as boas práticas observadas nas unidades visitadas pela correição, bem como a importância do cumprimento integral das resoluções que tratam do processo de vitaliciamento dos juízes.

**GESTÃO** - Entre as palestras do encontro estava a “Gestão de Pessoas no Poder Judiciário”, apresentada pela psicóloga e secretária de gestão de pessoas do Tribunal Superior Eleitoral, Ana Cláudia Braga Mendonça. Ela falou sobre a importância do olhar do juiz sob o foco da gestão, observando aspectos como cumprimento de metas e melhoria do clima organizacional na unidade, obtendo assim melhor serviço prestado.

Para a psicóloga, a realidade atual, em que a sociedade e os Conselhos Nacional de Justiça (CNJ) e Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) cobram cada vez mais eficiência no trabalho do Judiciário, exige nova forma de atuação do magistrado. “O juiz é o líder da unidade e, como tal, precisa atuar na gestão das pessoas com quem trabalha, e não apenas com os processos, estimulando a aprendizagem organizacional. Precisa olhar também para a organização e suas metas, e para a sociedade, conhecendo o que ela espera da instituição”, enfatizou.

Foram apresentados aos juízes aspectos do novo planejamento estratégico do TRT-PR, aprovado no dia 26 de agosto

pelo Tribunal Pleno. O desembargador Ubirajara Mendes, responsável pela Comissão de Acompanhamento do Planejamento Estratégico do TRT-PR, destacou a importância do documento e o compromisso que o Judiciário assume, junto à sociedade e ao Conselho Nacional de Justiça, ao estabelecer metas para o desenvolvimento do trabalho que oferece. “É um compromisso que assumimos até 2014, no que se refere a metas previamente estabelecidas pela Resolução 70 do CNJ, e o compromisso de cumpri-las deve ser de todos”, lembrou o desembargador.

O juiz-auxiliar da corregedoria, Fernando Hoffmann, abordou a condução das tratativas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná sobre o protesto dos títulos executivos judiciais trabalhistas. O magistrado também se referiu às suas tarefas como um dos gestores das metas do CNJ para o ano de 2010, abordou questões relacionadas à importância do empenho na consecução dos objetivos e expôs o grau de aproveitamento do Tribunal no cumprimento das metas de 2009 e das metas de 2010 diretamente relacionadas à Corregedoria. Os participantes souberam, por exemplo, que os percentuais de cumprimento das Metas 1, 2 e 3 de 2010 são de 102%, 42% e -9%, respectivamente, e que em breve será publicada no site do Tribunal a tabela com a produtividade dos magistrados, em cumprimento à Meta 7/2010. Finalizando sua participação, o juiz-auxiliar detalhou as formas de acesso e utilização do Fórum de Discussão da Corregedoria, ferramenta por meio da qual o corregedor pretende levar ao conhecimento dos juízes de primeiro e segundo graus as principais questões de interesse da magistratura em relação às atividades da Corregedoria.

**GRUPO DE AUXÍLIO À EXECUÇÃO** - O coordenador do Grupo de Apoio à Execução (GAX), juiz substituto Marlos Melek, detalhou o funcionamento do Grupo, criado pela Portaria Conjunta da Presidência-Corregedoria 03/2010 para atuar em processos na fase de execução. Segundo o magistrado, o GAX, muito mais que uma resposta à última Ata de Correição da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a qual revelou congestionamento acima da média em processos na fase de execução, tem o escopo de refletir sobre esta fase processual.

Gerenciar as boas ideias, conhecer as melhores práticas, imprimir maior celeridade e auxiliar a implementar novidades na fase executória são as finalidades principais do Grupo coordenado pelo juiz Marlos, que demonstrou práticas realizadas nestes dois meses de atuação. O magistrado citou as seguintes medidas já adotadas pelo Grupo de Apoio: a) parcelamento de débito previdenciário e fiscal nas conciliações; b) indicação de perito atuarial; c) tratativas para implementação de meios eletrônicos de pagamento na Justiça do Trabalho, inclusive cartões de



*O presidente, desembargador Ney José de Freitas, o diretor da Escola Judicial, desembargador Luiz Eduardo Gunther, e a vice-presidente, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão*

crédito e débito sem custo para o Poder Judiciário; d) estudo para emissão de certidões de crédito para arquivamento de autos; e) aumento no valor dos chamados “depósitos abandonados” de R\$ 10,00 para 140,00, alterando texto do Provimento da Corregedoria Regional (Portaria 03/2010 Corregedoria); f) despachos e interlocutórias em processos de execução; g) diretivas que reproduzem e disseminam modelos e procedimentos específicos de orientação; h) remessa de ofícios para bloqueio de ativos (ações, títulos, debêntures, junto à Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia); i) audiências de conciliação com prioridades (processos com AIRR pendentes ou em vias de homologação de conta); j) reunião com o Procurador-Chefe da PGF acerca dos parcelamentos previdenciários em juízo e procedimentos.

Em dois meses de atuação, cerca de 2.500 processos já foram analisados e mais de 600 guias de retirada foram emitidas. Neste período, 82% das audiências de conciliação em fase de execução obtiveram êxito e o montante conciliado é superior a meio milhão de reais mensais (líquido aos exequentes).

O desembargador Arnor Lima Neto esclareceu os critérios e como se inicia o trabalho do Grupo nas Varas, informando ser imprescindível a adesão espontânea do Juiz Titular, após proposta e audiência com o Corregedor. Ao passar pelas Varas do Trabalho, o GAX não interfere no funcionamento das unidades, mas lhes presta auxílio e procura implementar uma cultura voltada também à execução, o que será possível pela criação de uma rede virtual entre servidores para que passem a fazer parte do Núcleo Estruturante da Execução, trocando informações e experiências *on-line*. Além disso, vários documentos serão postados no Fórum de Discussão da Corregedoria e poderão ser acessados pelos juízes via intranet.

O juiz Marlos solicitou aos colegas que lhe sejam enviadas sugestões, ideias e experiências na fase de execução, a fim de que possam ser amadurecidas, divulgadas e implementadas. O e-mail é [marlosmelek@trt9.jus.br](mailto:marlosmelek@trt9.jus.br).

# Desembargador pede fórum sobre trabalho de pessoas com deficiência

*Sindicatos e autoridades de Curitiba e São Paulo debateram a acessibilidade e a inclusão de 24 milhões de trabalhadores*

O desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, primeiro magistrado cego do país, sugeriu a criação de um fórum sindical sobre a inclusão e a acessibilidade das pessoas com deficiência. A ideia foi lançada durante um debate, no Tribunal Regional do Trabalho, em Curitiba, no dia 5 de agosto, do qual participaram magistrados do TRT paranaense e representantes de Secretarias Municipais de São Paulo e Curitiba, do Ministério Público do Trabalho e de organizações sindicais das duas cidades.

A função do fórum, disse o desembargador, seria estabelecer melhores condições de trabalho para as pessoas com deficiência. Segundo ele, num universo estimado em 24 milhões de pessoas, que corresponde a 14,5% de toda a população brasileira, existem apenas 350 mil empregados em todo o País.

A vice-presidente do TRT, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, ressaltou os esforços a serem feitos para permitir o acesso e melhores condições de trabalho a todos, sem distinção. O próprio Tribunal, quando o desembargador Ricardo iniciou seus trabalhos, lembrou ela, criou a figura do Assessor Ledor Juramentado, para auxiliá-lo no exame dos autos durante as sessões de julgamento.

Uma das questões levantadas no debate foi o fato de que parte das empresas quer custear apenas os cargos e não o treinamento e a adequação dos locais de trabalho para as pessoas com deficiência. Também foi destacado o fato de alguns tribunais estarem decidindo que pessoa cega não consegue trabalhar em teleatendimento, quando o SENAI já oferece curso de teleatendimento para cegos há 12 anos. A própria lei que abre cotas para trabalho de pessoas com deficiência pode ser considerada em cheque, pois tramita no Congresso Nacional um projeto que permitiria às empresas que não podem cumprir a cota substituir essa exigência pelo pagamento de uma taxa.

**BOAS PRÁTICAS** - Mas nem tudo são dificuldades. Durante o encontro foram relatados casos de sucesso, como a parceria entre Apaes e a Risotolândia. A empresa vem implementando contratos de aprendizagem com pessoas com deficiência. A montadora de caminhões Volvo é outro caso exemplar: emprega cegos para controle de qualidade de carrocérias, por terem o sentido do tato mais aguçado. No setor financeiro, o HSBC vem admitindo bancários com deficiência.

*Nelson Copruchinski*



*Várias organizações sindicais participaram do debate, que envolveu o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e autoridades municipais de Curitiba e de São Paulo voltadas à garantia de condições de acesso às pessoas com deficiência*